



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 11030.002218/2007-42
Recurso Voluntário
Acórdão nº **3001-000.977 – 3ª Seção de Julgamento / 1ª Turma Extraordinária**
Sessão de 16 de outubro de 2019
Recorrente CEREAIS FONTANA LTDA.
Interessado FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA
SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)**

Período de apuração: 01/07/2004 a 31/07/2004

CRÉDITO PRESUMIDO. AGROINDÚSTRIA. PRODUÇÃO DE
PRODUTOS IN NATURA. CEREALISTA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO
LEGAL

A pessoa jurídica cerealista que exerça as atividades de secar, limpar, padronizar, armazenar e comercializar produtos in natura de origem vegetal classificados nas posições 10.01 a 10.08 e 12.01 da NCM não faz jus ao crédito presumido da atividade agroindustrial de que trata o §5º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

CRÉDITO PRESUMIDO. CEREALISTA. VENDA AO PRODUTOR DE
PRODUTOS IN NATURA. INOBSERVÂNCIA

Somente dá direito ao crédito presumido de que trata o § 11 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, a venda realizada pela pessoa jurídica que exerça cumulativamente as atividades de secar, limpar, padronizar, armazenar e comercializar produtos in natura de origem vegetal classificados nas posições 10.01 a 10.08 e 12.01 da NCM (cerealista) e adquiridos de pessoas física, quando essa venda for realizada até julho de 2004 e diretamente à pessoa jurídica produtora desses produtos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Marcos Roberto da Silva - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Luis Felipe de Barros Reche - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marcos Roberto da Silva (Presidente), Francisco Martins Leite Cavalcante e Luis Felipe Barros Reche.

Relatório

Refere-se o presente processo a pedido de ressarcimento objetos do PER/DCOMP n.º 41665.81923.171006.1.1.09-0680, de 17/10/2006 (doc. fls. 003 a 004), por meio do qual a recorrente pretende fazer jus a crédito presumido da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS não cumulativa, decorrente do § 11 do art. 3º da Lei n.º 10.833, de 2003. O direito ao crédito não foi reconhecido pela autoridade competente após procedimento de fiscalização.

Por economia processual e por sintetizar a realidade dos fatos de maneira clara e concisa, reproduzo o Relatório da decisão de piso.

“Trata o presente processo de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativa efetuado mediante PER/DCOMP transmitido eletronicamente em 17/10/2006, relativo ao terceiro trimestre de 2004 (somente o mês de julho), totalizando o valor de R\$ 2.471,16, conforme documentos de fls. 01/03.

A SAORT da DRF/Passo Fundo (RS) encaminhou o processo à SAFIS para conferir a legitimidade do crédito pretendido pela contribuinte. Essa Seção realizou, então, a necessária fiscalização, emitindo e anexando documentos, tendo produzido o Termo de Verificação e Encerramento de Ação Fiscal de fls. 14/15, onde, em especial, assentou:

O contribuinte tem como Atividade Econômica o Código 4622-2100 — Comércio Atacadista de Cereais (Cerealista), com comércio de Cereais, sementes, corretivos agrícolas, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas e rações para animais, conforme consta do Contrato Social (fls. 08/11).

Realiza, basicamente, venda de soja a granel a empresas comerciais exportadoras, com fim específico de exportação, passando tais mercadorias apenas por processo de secagem, limpeza e padronização dentro do estabelecimento do contribuinte.

Entende (...) que faz jus ao ressarcimento do crédito de PIS Não Cumulativo, com base no artigo 3º parágrafos 11 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ou seja, crédito presumido de 80% do valor das aquisições de mercadorias (soja) adquirida de produtores rurais pessoas físicas. (fl. 14)

(..) se os cerealistas, em lugar de venderem os seus produtos in natura (soja, trigo, milho) depois de seco, limpo e padronizado para os agroindustriais decidem exportá-lo, diretamente ou através de empresas comercial exportadoras, não terão direito ao crédito presumido, relativamente a estas exportações. O contribuinte, empresa Cerealista, não poderia calcular, portanto, crédito presumido sobre aquisições de soja realizada de pessoas físicas, cujos produtos foram posteriormente revendidos com o fim específico de exportação a empresas comerciais exportadoras.

(..) em síntese, que para o período compreendido entre 02/2004 a 07/2004 o interessado não faz jus ao crédito de PÍS de que tratava o parágrafo 11 do art. 3º da Lei n.º 10.833/2003, depois revogado pelo art. 8º da Lei n.º 10.925/2004, com as suas alterações posteriores, eis que se tratava de empresa Cerealista, cujas vendas eram efetuadas para empresas comerciais exportadoras e não para agroindústrias. (fl. 15)”.

Na fl. 17 está anexado Despacho Decisório onde a autoridade administrativa de origem resolveu indeferir à pessoa jurídica solicitante, ante as razões indicadas pela Fiscalização, o ressarcimento do crédito pleiteado, no valor de R\$ 2.471,16, relativo ao 3º trimestre de 2004, decorrente de incentivos fiscais de crédito de COFINS não-cumulativa - exportação. Determinou fosse a contribuinte cientificada, com a comunicação de que poderia apresentar impugnação no prazo legal.

Foi emitida a Comunicação de fl. 18, que a contribuinte recebeu em 07/08/2008 (AR de fl. 19). Não conformada com a decisão, apresentou, através de procurador, em 05/09/2008 - fls. 20/30 - sua manifestação contrária (impugnação), onde assenta, em síntese, suas alegações:

- conforme atestado, ao adquirir cereais de seus fornecedores realiza as operações industriais de secagem, padronização, limpeza, armazenamento e, posteriormente, comercialização;

- consoante o disposto nos arts. 3º e 4º do RIPI, aprovado pelo Decreto nº4.544, de 2002, a empresa é produtora de alimentos para consumo cuja matéria-prima são os cereais adquiridos de seus fornecedores, razão pela qual faz jus aos créditos de COFINS quando da aquisição de cereais, forte no que determina o § 11 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003;

- pelo entendimento da autoridade fiscalizadora, a empresa não teria direito ao crédito pois não haveria autorização legal para manter os créditos presumidos de COFINS. A autorização, consoante a Fiscalização, teria ocorrido apenas a partir de 01/02/2004 a 31/07/2004;

- a autoridade fiscalizadora, ao fundamentar sua decisão partiu da premissa de que a empresa apenas realizava atividade de comercialização dos cereais adquiridos dos fornecedores pessoas físicas. Tal interpretação meramente literal levou a autoridade fiscal a concluir que o pleito e o direito da empresa estariam amparados no § 11 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, sendo que a conclusão errônea dos fatos prejudicou a correta aplicação do direito;

- a empresa, ao adquirir cereais, em especial o soja, realiza as atividades industriais de secagem, padronização, limpeza e armazenamento, para posterior comercialização. Entende que ao assim proceder não resta dúvidas de que a empresa realiza a industrialização dos cereais que adquire de seus fornecedores pessoas físicas;

- consoante os arts. 3º e 4º do RIPI, os processos de secagem, padronização e limpeza caracterizam-se atividades que implicam industrialização dos cereais, na modalidade de beneficiamento, não havendo como negar que a empresa efetua a produção (industrialização por beneficiamento) dos cereais que adquire;

- a empresa é produtora de mercadorias de origem vegetal destinadas à alimentação, vez que realiza industrialização (beneficiamento), sendo inexorável o seu direito ao crédito presumido da COFINS, consoante o que dispõe o § 10 do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002;

- não se deve alegar que a empresa não detém o direito ao crédito em face de que exporta seus produtos, tendo em vista que, aplicando-se a norma às empresas cerealistas, essas, exportando os cereais adquiridos diretamente de pessoas físicas têm o direito de utilizar o crédito da COFINS. Isso porque o direito ao crédito é decorrente da exportação, e não da cerealista;

- toda pessoa jurídica, seja ela cerealista ou não, seja ela comercial ou industrial, que vender mercadorias para o exterior, direta (inciso I) ou indiretamente (inciso III), poderá utilizar o crédito apurado na forma do art. 3º;

• não restam dúvidas acerca do direito da empresa ao crédito presumido da COFINS, consoante as razões aduzidas”.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Porto Alegre - RS (DRJ/Porto Alegre) considerou improcedente a Manifestação de Inconformidade formalizada e proferiu o Acórdão nº 10-28.518 – 2ª Turma da DRJ/POA (doc. fls. 048 a 053)¹, cuja decisão foi assim ementada:

"ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Período de apuração: 01/07/2004 a 31/07/2004

CRÉDITOS PRESUMIDOS. CEREALISTAS. PERÍODO A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2004.

Para períodos de apuração a partir de fevereiro de 2004 (até julho de 2004), as empresas cerealistas podiam calcular créditos sobre aquisições de produtos in natura de origem vegetal, realizadas diretamente de pessoas físicas no país, desde que aqueles produtos fossem, posteriormente, vendidos a agroindústrias.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido”.

Inconformada, em 18/01/2011, a contribuinte protocolizou na unidade de origem o seu Recurso Voluntário (fls. 056 a 067), no qual, basicamente reiterando as mesmas razões de sua Manifestação de Inconformidade, contesta a decisão de 1ª Instância, alegando, em síntese, que:

- i. adquire cereais de seus fornecedores, realiza as operações industriais de secagem, padronização, limpeza, armazenamento e, posteriormente, os comercializa;
- ii. é empresa produtora de alimentos para consumo cuja matéria-prima são os cereais adquiridos de seus fornecedores, consoante o disposto nos arts. 3º e 4º do Regulamento do Imposto sobre Produto Industrializado - RIPI, aprovado pelo Decreto nº 4.544/2002;
- iii. os processos de secagem, padronização e limpeza caracterizam-se como atividades que implicam industrialização dos cereais, na modalidade de beneficiamento, consoante a determinação do Regulamento do IPI;
- iv. sendo empresa produtora de mercadorias de origem vegetal destinada à alimentação, vez que realiza industrialização (beneficiamento), seria inexorável o seu direito ao crédito presumido do COFINS, consoante o que dispõe o § 11 do art. 3º da Lei nº 10.833/2003; e
- v. *“nem se alegue que a Recorrente não tenha direito ao crédito em face de que exporta seus produtos, tendo em vista que, aplicando-se a norma as empresas*

¹ Todas as referências a folhas dos autos pautar-se-ão na numeração estabelecida no processo digital, em razão de este processo administrativo ter sido materializado na forma eletrônica.

cerealistas, entendemos que essas (cerealistas), em exportando os cereais, adquiridos diretamente de pessoas físicas, têm o direito de utilizar o crédito do COFINS”, em razão de que o art. 6º da Lei nº 10.833/2003 “versa sobre uma especificidade trazida pela norma, ao prever hipóteses que não incidirá a contribuição em tela - COFINS não-cumulativa - que é o caso das receitas decorrentes de exportações diretas e indiretas” e que, no § 1º do mesmo artigo, “restou expressamente determinado que "Na hipótese deste artigo, a pessoa jurídica vendedora poderá utilizar o crédito apurado na forma do art. 3º”.

E tomando essas razões, requer ao fim de sua peça recursal, que “*seja dado provimento ao presente recurso, reformando o acórdão recorrendo, com base nas razões de pedir e pedidos constantes deste recurso, para o fim de:*

a) sejam homologados os dados inseridos pela Recorrente e apurados nos DACON's que comprovam o direito ao crédito;

b) por consequência, reconhecer o direito creditório em favor da Recorrente”.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Luis Felipe de Barros Reche, Relator.

Relator.

Competência para julgamento do feito

O litígio materializado no presente processo observa o limite de alçada e a competência deste Colegiado para apreciar o feito, consoante o que estabelece o art. 23-B do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015².

Conhecimento do recurso

O Recurso Voluntário interposto é tempestivo e atende aos demais pressupostos de admissibilidade, de sorte que dele tomo conhecimento.

² Art. 23-B As turmas extraordinárias são competentes para apreciar recursos voluntários relativos a exigência de crédito tributário ou de reconhecimento de direito creditório, até o valor em litígio de 60 (sessenta) salários mínimos, assim considerado

o valor constante do sistema de controle do crédito tributário, bem como os processos que tratem: (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

I - de exclusão e inclusão do Simples e do Simples Nacional, desvinculados de exigência de crédito tributário; (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

II - de isenção de IPI e IOF em favor de taxistas e deficientes físicos, desvinculados de exigência de crédito tributário; e (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

III - exclusivamente de isenção de IRPF por moléstia grave, qualquer que seja o valor. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

(...)

Não havendo arguições preliminares, passo então à análise do mérito.

Análise do mérito

O cerne da discussão está na possibilidade de usufruto do benefício do crédito presumido da COFINS não-cumulativa, outorgado a empresas produtoras de determinados produtos *in natura*, por empresa cerealista, a qual como explica a recorrente, seria aquela que se dedica à atividade de secagem, padronização, limpeza, armazenamento, e, posteriormente, comercialização desses produtos. No caso em tela, a empresa adquire soja de produtores rurais pessoas físicas e a revende, após a realização desses tratamentos, a empresas comerciais exportadoras com vistas a sua posterior exportação.

O direito creditório postulado pela recorrente em seu pedido de ressarcimento tem por origem aquisição de soja no 3º trimestre de 2004 e teria fulcro nos §§ 5º, 6º e 11 do art. 3º da Lei n.º 10.833/2003, que prevê crédito presumido de 80% do valor das aquisições de mercadorias de produtores rurais pessoas físicas.

Na visão da fiscalização, o direito ao crédito presumido não se aplica à recorrente, visto que, na condição de cerealista (fls. 015 e 016), a empresa não se enquadra na “*atividade de agroindústria, ou seja, produção de mercadorias de origem animal ou vegetal*”, pois “*realiza, basicamente, venda de soja a granel a empresas comerciais exportadoras com fim específico de exportação, passando tais mercadorias apenas por processo de secagem, limpeza e padronização dentro do estabelecimento do contribuinte*” e, em sua atividade, “*não há qualquer indicativo de que ele modifique, aperfeiçoe de qualquer forma, altere o funcionamento, a utilização, acabamento ou a aparência de seus produtos, não se configurando em consequência, a hipótese prevista no Inciso II do art. 4º do Decreto n.º 4.544/2002*”.

O não reconhecimento do direito ao crédito presumido foi mantido pelos julgadores de piso, sob o entendimento, manifestado no voto, de que, “*para o período entre 02/2004 a 07/2004 a empresa não faz jus ao crédito presumido de COFINS de que tratava o § 11 do art. 3º da Lei n.º 10.833, de 2003, depois revogado pelo art. 8º da Lei n.º 10.925, de 2004, com as suas alterações posteriores, eis que se tratava de empresa cerealista que não efetuava venda à empresa classificada como agroindústria*”.

A recorrente, por sua vez, defende que “*é empresa produtora de mercadorias de origem vegetal destinado à alimentação*”, uma vez que, ao adquirir os cereais, executa sobre eles as atividades industriais de secagem, padronização, limpeza e armazenamento, para posterior comercialização e, nessa condição, realizaria industrialização (beneficiamento), sendo “*inexorável o seu direito ao crédito presumido do PIS, consoante o que dispõe o § 11 do art. 3º da Lei n.º 10.833/2003*”.

Penso que os dispositivos legais utilizados como fundamento pela recorrente não dão amparo à sua pretensão de fazer jus ao crédito presumido. Vejamos.

A leitura atenta dos §§ 5º e 6º do art. 3º da Lei n.º 10.833, de 2003³, nos leva a constatar que as pessoas jurídicas produtoras de produtos de origem animal ou vegetal

³ **Lei n.º 10.833, de 2003**

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:
(...)

especificados, quando destinados à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da COFINS devida o crédito presumido calculado sobre o valor dos bens e serviços utilizados como insumo na produção ou fabricação desses produtos.

Fica claro, ao meu sentir, que o benefício se destina às pessoas jurídicas produtoras rurais dos produtos de origem animal ou vegetal relacionados pelo legislador, condição que não se enquadra a recorrente.

Ainda que se considere a atividade realizada pela empresa como operação de industrialização, beneficiamento no caso, para efeito da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o fato é que, para o usufruto do crédito presumido da COFINS, o cerealista não é produtor dos produtos *in natura* abrangidos pelo benefício.

O produtor rural e o cerealista, para o legislador, são pessoas jurídicas distintas na cadeia de produção e venda da soja. Essa condição fica expressa com a edição do § 1º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004⁴, que também estendeu o benefício do crédito presumido às pessoas

II - bens e serviços, **utilizados como insumo** na prestação de serviços e **na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda**, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da Tipi;

(...)

§ 5º Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, **as pessoas jurídicas que produzam mercadorias** de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23, e nos códigos 01.03, 01.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, 15.07 a 15.14, 15.15.2, 15.16.20.00, 15.17, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, destinados à alimentação humana ou animal, **poderão deduzir da COFINS**, devida em cada período de apuração, **crédito presumido**, calculado sobre o **valor dos bens e serviços referidos no inciso II do caput** deste artigo, **adquiridos**, no mesmo período, **de pessoas físicas** residentes no País. (Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004)

(...)

§ 11. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, **as pessoas jurídicas que adquiram diretamente de pessoas físicas** residentes no País **produtos in natura de origem vegetal**, classificados nas posições 10.01 a 10.08 e 12.01, todos da NCM, **que exerçam cumulativamente as atividades de secar, limpar, padronizar, armazenar e comercializar tais produtos**, poderão **deduzir da COFINS** devida, **relativamente às vendas realizadas às pessoas jurídicas a que se refere o § 5º**, em cada período de apuração, **crédito presumido calculado à alíquota correspondente a 80%** (oitenta por cento) daquela prevista no art. 2º sobre o valor de aquisição dos referidos produtos in natura. (Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004)

§ 12. Relativamente ao crédito presumido referido no § 11: (Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004)

I - o valor das aquisições que servir de base para cálculo do crédito presumido não poderá ser superior ao que vier a ser fixado, por espécie de produto, pela Secretaria da Receita Federal - SRF; e (Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004)

II - a Secretaria da Receita Federal expedirá os atos necessários para regulamentá-lo. (Revogado pela Lei nº 10.925, de 2004)

⁴ Lei nº 10.925, de 2004

“Art. 8º **As pessoas jurídicas**, inclusive cooperativas, **que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal**, classificadas nos capítulos 2, 3, exceto os produtos vivos desse capítulo, e 4, 8 a 12, 15, 16 e 23, e nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 03.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 07.08, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, exceto os códigos 0713.33.19, 0713.33.29 e 0713.33.99, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.01, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da NCM, destinadas à alimentação humana ou animal, **poderão deduzir da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins**, devidas em cada período de apuração, **crédito presumido**, calculado sobre o **valor dos bens referidos no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637**, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, **adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física**.

jurídicas “*que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal*”, relativamente “*às aquisições efetuadas de cerealista que exerça cumulativamente as atividades de secar, limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos*” (grifei). Ou seja, ao contrário do que assevera a recorrente, para efeitos do crédito presumido, produção e “industrialização por beneficiamento” dos cereais são processos distintos.

Destaque-se, ainda, que a legislação permitiu o usufruto do crédito presumido da COFINS pelo cerealista, nos termos do § 11 do art. 3º da Lei nº 10.833/2003, na hipótese de aquisição de pessoa física e posterior venda realizada diretamente à pessoa jurídica produtora desses produtos, o que não é o caso da recorrente, visto que, como afirma, suas vendas no período em tela foram realizadas a empresa comercial exportadora.

Peço vênia para tomar como meus os argumentos utilizados pelo i. Conselheiro Ricardo Rosa, ao relatar o voto condutor do Acórdão nº 3102-001.827, quando analisou caso semelhante:

“Mais tarde, a Lei 10.925/04 confirmou o direito ao crédito presumido, tanto da Contribuição para o PIS/Pasep quanto da Cofins, nas compras realizadas pela agroindústria ao cerealista “que exerça cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos in natura de origem vegetal, classificados nos códigos 09.01, 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, 12.01 e 18.01, todos da NCM” e estabeleceu suspensão na venda realizada do segundo ao primeiro.

Ora, como conceber que a Recorrente esteja compreendida dentre as empresas incluídas no caput do artigo 8º da Lei 10.925/04, que nada mais é do que uma reedição modificada do §10º do artigo 3º da Lei 10.637/02, e, ao mesmo tempo, seja sua própria fornecedora, conforme especifica o inciso I do artigo 8º da Lei 10.925/04 e o §11 do artigo 3º da Lei 10.833/03?

Veja-se que o processo de secagem, limpeza e padronização, que a defesa considera caracterizar atividade produtiva e, por conseguinte, conceder-lhe a condição para a fruição do benefício definido no §10º do artigo 3º da Lei 10.637/2002, está textualmente citado nas duas Leis como sendo uma das atividades que davam, primeiro, o direito ao crédito presumido e, depois, à venda com suspensão do valor das Contribuições apuradas. Ou seja, aceitar o entendimento defendido pela parte, representaria admitir a possibilidade de que determinado contribuinte estivesse situado, ao mesmo tempo, em dois momentos distintos da mesma cadeia produtiva”.

Quanto à alegação de que cabe a manutenção do crédito apurado na forma do art. 3º da Lei nº 10.833/2003, mesmo que tenha exportado seus produtos, em decorrência da aplicação do § 1º do art. 6º da mesma Lei, melhor sorte não assiste à recorrente. O § 1º do art. 6º permite a dedução do crédito apurado na forma do art. 3º e este último, como visto, se refere ao

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às **aquisições efetuadas de:**

I - **cerealista que exerça cumulativamente as atividades de secar, limpar, padronizar, armazenar e comercializar os produtos in natura de origem vegetal**, classificados nos códigos 09.01, 10.01 a 10.08, exceto os dos códigos 1006.20 e 1006.30, 12.01 e 18.01, todos da NCM;

(...)

Art. 9º A incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins **fica suspensa no caso de venda:**

I - **de produtos de que trata o inciso I do § 1º do art. 8º desta Lei, quando efetuada por pessoas jurídicas referidas no mencionado inciso;**

(...)”

produtor, de sorte que não há amparo para que a cerealista faça uso do crédito presumido outorgado aos produtores estabelecido pelo referido dispositivo.

Nesse sentido, não merece reforma o Acórdão recorrido.

Conclusões

Diante do exposto, VOTO no sentido de tomar conhecimento do Recuso Voluntário do contribuinte para, no mérito, negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Luis Felipe de Barros Reche